

NOTÍCIAS AFRICANAS 14

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

7 A 13 DE JUNHO DE 1993

ÁFRICA DO SUL

Governo realiza ataques contra extremistas

O desmantelamento da cúpula do Congresso Pan-Africanista (PAC) foi a resposta do governo sul-africano aos ataques cometidos contra brancos africanos. Cada vez mais frequentes, esses ataques colocam em risco a continuidade das conversações de paz em curso na África do Sul. É verdade que essa resposta teve uma repercussão desfavorável ao governo De Klerk, mas o repúdio à prisão de boa parte da liderança do PAC foi pequeno, com unicamente o ANC marcando posição contrária ao episódio. Todas as forças que apostam no êxito das conversações condenam a postura extremista do PAC. Assim, embora formalmente o ANC tenha reagido com veementes discursos, os danos causados pela ação do governo não atingiram o andamento do diálogo. Não fosse a ação governista, poderia surgir na África do Sul um quadro ainda mais agudo de violência política. Em represália aos atentados do PAC, os brancos poderiam montar milícias armadas para sua própria proteção.

O projeto político do PAC é incompatível com os destinos de uma África do Sul democrática e multirracial. A natureza do discurso e da ação desse movimento evidencia o choque com as noções mais elementares de convivência democrática. Na verdade, o PAC é fruto do regime do *apartheid*. Nessa época, na clandestinidade, a única alternativa era pratica-

mente a violência armada. Agora, não. O seu discurso e prática são anacrônicos, excluem espaços para outras forças e perturbam o frágil equilíbrio político da África do Sul. É sabido que o PAC aposta na insatisfação que possa advir das necessárias concessões realizadas pelo ANC na mesa de negociações para gerar atritos entre a base e a cúpula desse movimento, objetivando assim produzir defecções e preencher os espaços tradicionalmente ocupados pela ala moderada da oposição negra.

Vários são os pólos de instabilidade na África do Sul. Os conflitos da sociedade sul-africana não se resumem, como poderia se imaginar, à previsível oposição ANC-governo De Klerk. Na verdade, essa polaridade, no momento, é a menos turbulenta e perigosa. O ANC tem dado recorrentes mostras de ponderação e amadurecimento. Cada vez mais, é para o ANC que se voltam as atenções nos momentos de pico de crise. O centro do jogo político é ocupado pelo movimento liderado por Nelson Mandela. Para onde o ANC for, irá a África do Sul. Esse aspecto, o aumento da envergadura política do ANC, atrai a oposição das outras forças políticas atuantes entre a população negra sul-africana.

Outra fonte de instabilidade é a oposição ANC-Inkatha. Os estímulos aos confrontos opondo os dois movi-

mentos não são unicamente étnicos. Grande parte das análises se limita a focalizar essa dimensão, omitindo as divergências políticas entre o ANC e o Inkatha, cuja compreensão exige que seja considerada também a dimensão política. Não foi fruto da casualidade o retorno dos confrontos entre os movimentos quando já havia acabado a vaga de violência política produzida nas manifestações de protesto pela morte de Chris Hani. Nesses episódios, ficaram patentes as motivações políticas dessa rivalidade. O Inkatha reagia violentamente ao espaço afechado pelo ANC em virtude de sua moderação, sobretudo da cúpula, durante o decorrer do ciclo de violência posterior ao assassinato de Chris Hani.

A fixação do mês de abril de 1994 para a realização das eleições gerais sul-africanas é uma derrota para o ANC. Desde a abertura das rodadas de negociações, o ANC vinha defendendo eleições até o final de 1993. A união do governo De Klerk e de outras forças definiu o calendário. Temia-se uma acachapante vitória do ANC, na eventualidade de eleições imediatamente. De fato, as pesquisas de opinião mostram uma sólida margem de votos ao ANC. Imagina-se que o tempo minará essa base de apoio ou tornará possível uma esdrúxula aliança ANC-Partido Nacionalista.

Roquinaldo Amaral Ferreira

NESTA EDIÇÃO

CABO VERDE:

- Iminente demissão de ministro (Pág. 2)

GUINÉ-BISSAU:

- TAP perde negócio da Air Bissau (Pág. 2)

PALOP:

- Caminhos de incerteza (Pág. 3-6)

ANGOLA:

- Washington reconhece o governo de Luanda (Pág. 6)
- Luanda desvaloriza kwanza (Pág. 7)

- Talks end, war goes on (Pág. 7)
- Conflito alastra a países vizinhos (Pág. 8)
- Lisboa, de novo o palco da aproximação (Pág. 8)
- Ajudar Luanda e abandonar a Unita (Pág. 9)

ÁFRICA DO SUL:

- Violência nos subúrbios (Pág. 10)
- Pretória decapita Congresso Pan-Africano (Pág. 10)

- PAC ameaça (Pág. 10)
- Dawn swoop (Pág. 11)
- Fuga de capitais sul-africanos (Pág. 12)

ÁFRICA:

- If you're good (Pág. 11)

NAMÍBIA:

- Um país esquecido por falta de más notícias (Pág. 12)

MOÇAMBIQUE:

- Finanças reconvertem dívidas de Moçambique (Pág. 13)
- Jamba II (Pág. 14)

ANGOLA

Ainda mais guerras com nova ofensiva da Unita

Depois do fracasso de 40 dias de negociações de paz em Abidjan, a Unita amplia a sua ofensiva militar visando atingir pontos nevralgicos da economia angolana. As tropas de Savimbi retomaram a área petrolífera de Soyo e várias minas de diamantes, incluindo Cafunfo e Luzamba, esta operada pela empresa brasileira Norberto Odebrecht.

Essas operações permitem aos rebeldes aumentar o seu *cash* e causar prejuízos ao governo de US\$ 520 milhões só em diamantes, af incluído o tráfico ilegal. Com o ataque ao Soyo, a Unita lançou o seu primeiro desafio aos americanos depois do reconhecimento do governo angolano por Washington. "A atitude dos norte-americanos não altera o nosso comportamento", afirmou a rádio Vorgan, da Unita.

A resposta americana pode vir

em escala se as instalações das suas companhias petrolíferas (Chevron e Texaco) forem diretamente atingidas. Primeiro, haverá o fechamento dos escritórios da Unita nos Estados Unidos, depois o congelamento dos seus bens e, o que se revelaria muito mais eficaz, o fornecimento ao governo angolano de informações militares recolhidas por satélite que possibilitariam às FAA — tropas governamentais — acompanharem a movimentação militar da Unita, facilitando a sua neutralização.

Entretanto, na sua "fuga para a frente", retomam cidades em posse do governo, apertam o cerco a outras e reforçam a defesa de Huambo, assediada por bombardeios e pelas FAA, que se aproximam. Um ataque a um trem na Huíla, assumido pela Unita, provocou 105 mortes. Os ataques ao Soyo já haviam

causado mais de duas mil mortes. Não é de estranhar, portanto, que as estimativas para o número de mortos desde o reinício dos combates em novembro passado já se aproximem de 30 mil.

O primeiro-ministro de Angola, Marcelino Moco, em artigo publicado no *Expresso* de 29-5, refere-se aos últimos 30 anos de guerra (de 1961 a 1975, de independência, e de 1975 a 1991, de guerra civil) como "os mais atroz que algum dia se viveu em África" e que isso já estaria marcando a mentalidade de várias gerações. O historiador René Pélissier vai mais longe na contabilidade militar. Ele anotou que só entre 1848 e 1926 o poder português, para subjugar Angola nessa segunda fase do colonialismo, teve que realizar 190 ações e campanhas.

José Maria Nunes Pereira

Nova crise em Cabo Verde

Iminente demissão de ministro

PÚBLICO, 31 5 93

TRÊS meses depois de ter remodelado o seu executivo, o primeiro-ministro Carlos Veiga tem já em mãos o pedido de demissão do seu ministro das Infra-estruturas e dos Transportes, Teófilo Figueiredo, devendo a mesma consumir-se esta semana.

Teófilo Figueiredo, um dos empresários sem identificação partidária que Carlos Veiga integrou desde a primeira hora na sua equipa governativa, alega a necessidade de retomar a sua actividade empresarial. De acordo com fontes que lhe são próximas, há muito que vinha pedindo para sair do Governo.

Contactado pelo PÚBLICO, Teófilo Figueiredo escusou-se a confirmar ou desmentir a veracidade da notícia da sua demissão, limitando-se a dizer que "o momento não é oportuno para qualquer comentário".

De acordo com as nossas

fontes, "a gota de água" da sua demissão deve-se a desentendimentos recentes com o seu secretário de Estado da Marinha e dos Portos, António Maurício dos Santos, que é membro da comissão política do partido governamental, Movimento para a Democracia (MPD).

A demissão de Teófilo Figueiredo ocorre numa altura em que Carlos Veiga estava a recompor-se do desgaste provocado pela última remodelação do seu Executivo, feita em Março. Nessa altura, o afastamento do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, provocou uma crise interna no MPD que não foi até hoje totalmente sanada.

Segundo certos observadores, é pouco provável que Carlos Veiga chame alguém fora do Governo para preencher a vaga de Figueiredo. Se assim for, esta opção deixará patente, uma

vez mais, as dificuldades que o chefe do Governo da Praia tem vindo a enfrentar para encontrar alguém, sobretudo fora do MPD, que queira assumir compromissos do género.

Assim sendo, é provável que o actual ministério das Infra-estruturas e dos Transportes venha a ser repartido entre Maurício dos Santos, que poderá ser promovido a ministro, e Mário Silva, ministro da Administração Interna, que assumiria os sectores do Urbanismo e das Obras Públicas, até aqui a cargo de Figueiredo.

Por outro lado, o regresso desse governante ao mundo dos negócios deverá pôr termo a especulações de que as suas empresas têm sido beneficiadas nos concursos de licitação de obras financiadas pelo Estado. Esta tem sido, aliás, uma das acusações que mais têm perseguido o Governo de Carlos

Veiga.

Neste momento, a opinião pública cabo-verdeana acompanha o caso despoletado com a anulação de um concurso de importação de 25.000 toneladas de cimento a pedido de um dos concorrentes, a empresa Nordicave, cujo proprietário — Carlos Albertino Veiga — é deputado do MPD e tio do primeiro-ministro cabo-verdeano.

Há poucos dias, o grupo parlamentar do PAICV solicitou um inquérito para averiguar as acusações de que aquele empresário beneficiou com a anulação do referido concurso. Reagindo a esta polémica, o Governo decidiu, na semana passada, liberalizar a importação do cimento, o que certamente está longe de colmatar as fissuras provocadas pelo caso dentro do próprio MPD. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

TAP perde negócio da Air Bissau

PÚBLICO, 31 5 93

O GOVERNO guineense resolveu reabrir o processo de privatização da Air Bissau, quase um ano depois de ter comunicado à TAP que vencera o concurso internacional para a venda da empresa, segundo uma informação da agência Lusa. Os propósitos dos responsáveis pelo Ministério dos Transportes guineense estão contidos numa carta entregue na quinta-feira passada na Embaixada de Portugal em Bissau, e fontes ligadas a este processo de privatização consideram-nos "no mínimo bizarros".

A carta é assinada por Luís de Oliveira Sanca, ministro dos

Transportes da Guiné-Bissau, que levanta dúvidas sobre a capacidade de a transportadora portuguesa respeitar os compromissos assumidos para a compra da empresa, aludindo mesmo a uma alegada falência da TAP Air Portugal. Esta decisão surge quase um ano depois de, a 18 de Junho de 1992, o então ministro da tutela ter comunicado à transportadora aérea portuguesa a sua escolha para formar, com o Estado guineense, a empresa de capitais mistos Air Bissau, cujo capital seria controlado pela TAP.

Por detrás deste "volte-face" poderão estar os interesses da Air Afrique, transportadora africana gerida pela França, na companhia guineense. Em troca da reabertura do processo de privatização, a Guiné-Bissau entraria como país-membro na Air Afrique, com as despesas a serem suportadas na íntegra pelo Governo francês, à semelhança do que aconteceu em 1992 com o Mali. ■

Caminhos de incerteza

EXPRESSO, 25.5.93

ASSINADOS em Lisboa — faz dois anos na próxima segunda-feira —, os acordos de paz para Angola tornaram mundialmente conhecido o nome de Bicesse, a localidade do concelho de Cascais onde decorreu a última fase das negociações de paz entre o MPLA e a UNITA. O abraço entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi foi transmitido em directo pela CNN e fixado na tela por artistas anónimos da Jamba, que confeccionaram o enorme painel que decorava o "Pavilhão VI Congresso", tribuna preferida do líder da UNITA.

Hora de glória para a diplomacia portuguesa — que soube oferecer no momento oportuno os seus "bons ofícios" para aproximar os dois beligerantes cansados da guerra e congregar as vontades das duas superpotências da época, os Estados Unidos e a União Soviética. Hora de esperança também para todos os angolanos e para os outros povos africanos lusófonos.

Os ventos de democratização que sopravam em África desde o fim da guerra-fria tiveram efeitos espectaculares nas antigas colónias portuguesas. Entre Janeiro de 1991 e Outubro de 1992, os mais jovens Estados africanos independentes (seguiram-se depois a Namíbia e, há dias, a Eritreia) experimentaram mudanças radicais: primeiras eleições plurais, vencidas pela oposição em Cabo Verde e São Tomé, acordos de paz para Angola e Moçambique. O "espírito de

Bicesse" era citado como exemplo por James Baker, então chefe da diplomacia norte-americana, para a resolução dos conflitos regionais herdados dos anos de confrontação Leste-Oeste.

Dois anos mais tarde, o desencanto sucedeu à euforia: Angola está de novo em guerra, a paz em Moçambique ainda não deu os primeiros passos firmes e Cabo Verde e São Tomé atravessam profundas crises económicas, sociais e políticas. Na Guiné-Bissau, a democratização continua adiada e Nino Vieira faz figura de ditador recalcitrante.

Curiosamente ou talvez não, estes avatares não afectaram as relações com Portugal. É a Lisboa que os antigos partidos únicos e as respectivas oposições se dirigem para pedir ajuda económica ou diplomática ou, ainda, arbitrar os seus conflitos.

O papel desempenhado pelos "observadores" portugueses nas negociações de Abidjan é a mais recente ilustração deste fenómeno.

Milagre do "espírito de Bicesse" ou reconhecimento de uma dependência mútua? O Governo português está convencido de que a perda da "dimensão africana" reduzirá drasticamente o seu peso na Europa. E o ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, disse que esforços pela paz, a democracia e o desenvolvimento dos países africanos de expressão oficial portuguesa não se esgotam com o eventual fracasso dos acordos de Bicesse.



ANGOLA



Regresso às trincheiras

DOIS anos depois de Bicesse, Angola deveria estar a viver em paz, com um Presidente e um Parlamento eleitos democraticamente, e um Governo reconhecido por todos, a nível interno e internacional.

Se os acordos de paz, assinados solenemente em Lisboa pelo Presidente Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, (ver foto) tivessem sido respeitados, o maior dos cinco países africanos lusófonos estaria em condições de iniciar a fase da reconstrução, após 30 anos de guerra quase ininterrupta.

A realidade é bem diferente. Segundo o secretário-geral da ONU, «resta muito pouco da esperança num futuro pacífico, próspero e democrático». E o «trágico recuo» não significa apenas a continuação da guerra, mas também o adiamento das reformas económicas, sociais e políticas. O regresso à dialéctica de guerra é incompatível com o aprofundamento da democracia, a descentralização e a libertação da sociedade civil, enquanto o aumento do número de refugiados e deslocados acelera a deterioração das condições de vida. Com a miséria, aumentam também o banditismo e a delinquência e o sentimento de insegurança alastra ao país inteiro.

Significa isto que os Acordos de Bicesse foram um acto falhado? As recriminações e acusações mútuas são muitas. Entre as partes angolanas, em primeiro lugar, mas também entre observadores e responsáveis da UNAVEM II. «Os observadores tiveram demasiada confiança nas partes angolanas e atribuíram à ONU um papel demasiado diminuído», disse Margaret Anstee, representante de Butros Butros-Ghali. Os observadores repli-

cam que Anstee aceitou chefiar a missão da ONU, mas não exigiu os meios necessários para o correcto desempenho das funções previstas e para o papel de mediador que assumiu após as eleições legislativas de Setembro.

Uma coisa é certa: todos consideram que os acordos de há dois anos constituem a única base para resolver o conflito angolano (ver textos pág. 2).

O Conselho de Segurança e a «trouxa» de observadores (EUA, Portugal e Rússia), que se reunirá na próxima semana em Washington, deverão estabelecer as bases para a continuação das negociações.

O reconhecimento do Governo de Luanda pelos EUA e a decisão da Zâmbia de concentrar tropas na fronteira, na previsão de uma eventual «invasão da UNITA», reforçaram entretanto o isolamento das forças de Savimbi. Mas a África do Sul continua fiel à sua posição de não normalizar as relações com Angola até à formação, em Luanda, de um «governo de reconciliação nacional».

O novo responsável da política africana dos EUA, Georges Moose, esteve na quarta-feira em Luanda e terá amanhã um encontro em Paris com o Presidente Houphouët Boigny, da Costa de Marfim. Moose lamentou que a UNITA não tivesse assinado o «Protocolo de Abidjan» e lamentou «ainda mais» o ataque das tropas de Savimbi contra o centro petrolífero de Soyo, onde operam companhias estrangeiras, entre elas a norte-americana Texaco.

Apesar das pressões, Savimbi e a UNITA estão determinados a conservar e aumentar o território conquistado. O braço-de-ferro continua e os objectivos de Bicesse recuaram para um horizonte incerto. A ajuda humanitária não pode chegar a todas as zonas necessitadas. Angola perdeu mais uma batalha pela paz, mas a luta pela sobrevivência há-de continuar. Contra todos os senhores da guerra.

golpe de Estado, da qual seria mentor João da Costa. Depois de ter estado preso durante um mês sem receber visitas de familiares e do seu advogado, o líder do PRD encontra-se à ordem do Supremo Tribunal Militar, que, esta semana, lhe marcou uma consulta forçada de psiquiatria.

Em Abril, o país viveu a sua primeira greve geral de três dias e a segunda poderá vir a caminho. Em greve desde 10 de Maio estão os professores, que só regressarão ao trabalho a 4 de Junho.

Em Fevereiro, o Banco Mundial impôs uma auditoria às contas do Banco Central guineense e congelou a entrega de 6 milhões de dólares de ajuda ao ajustamento estrutural. A braços com uma dívida externa de cerca de 590 milhões de dólares, o Governo imprimira 8,5 milhões de pesos (a moeda nacional), para pagar aos militares, que, tal como os restantes funcionários públicos, não receberam salários nos três últimos meses de 1992.



MOÇAMBIQUE



O espectro de Bicesse

O ACORDO geral de paz para Moçambique, assinado em Roma, em Outubro de 1992, em resultado da mediação da Igreja Católica e do Governo italiano, pretendia ser uma versão corrigida e melhorada dos acordos de Bicesse mas ficou aquém das expectativas.

O papel atribuído às Nações Unidas, encarregadas de dirigir e fiscalizar todo o processo de transição até as eleições, e o alargamento do grupo dos países «observadores» — que inclui a África do Sul, quatro outros países africanos, quatro europeus e os Estados Unidos — complicaram a instalação de todos os organismos e estruturas previstos nos acordos, e o atraso acumulado já provocou o adiamento das eleições previstas para 1993.

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, ainda não foi a Maputo e a indefinição da situação de «nem guerra nem paz» ameaça tornar irreversível a divisão do país. Enquanto o poder efectivo do Governo de Maputo está cada vez mais restringido à capital e ao litoral sul, a Renamo procede à destruição sistemática das estruturas administrativas nas zonas que controla militarmente, devolvendo o poder às autoridades tradicionais.

Miséria, fome, insegurança e o drama dos deslocados e refugiados são os únicos traços comuns às duas «zonas de influência» e o controlo das ajudas externas — que constituem a única «fonte de riqueza» do país — o alvo principal das duas partes moçambicanas.

É a «morte lenta» não menos cruel que a guerra angolana, que os «capacetes azuis» dificilmente conseguirão travar.



GUINÉ-BISSAU



Eleições 'congeladas'

ANUNCIADAS para 1992, depois para Março de 1993, as primeiras eleições livres na Guiné-Bissau, não têm ainda data marcada. Quando se realizarem, há fortes possibilidades de pelo menos uma formação política, o Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD) se apresentar ao eleitorado «amputado» do seu líder, João da Costa, que, à data da sua prisão, em 14 de Abril, desempenhava igualmente as funções de coordenador da oposição.

Detidos em relação com o chamado «caso 17 de Março» encontram-se mais de cem pessoas, na sua maioria militares. De início quase ignorado pelas autoridades, o «caso» viria depois a ser rotulado como tentativa de



CABO VERDE



Alternância assumida

CABO Verde entrou sem sobressaltos de maior no seu terceiro ano de regime democrático: uma remodelação governamental que, na prática, se traduziu em pouco mais que numa redistribuição de pastas e no afastamento do titular dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca; uma greve da marinha mercante; e a promessa de um referendo sobre a lei do aborto.

Embora não tenha cumprido todas as suas promessas eleitorais, o Executivo de Carlos Veiga realizou eleições autárquicas, levou a cabo uma série de reformas e começou o ano de 1993 anunciando um plano de redução para metade dos cerca de 12 mil funcionários

Caminhos de incerteza

públicos e um projecto de privatização do sector estatal da economia.

Cabo Verde foi a primeira ex-colónia portuguesa a realizar eleições livres, em Janeiro de 1991. O Movimento para a Democracia inflingiu uma derrota esmagadora ao Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, que, passado o choque inicial, assumiu o papel tradicional da oposição, criticando a acção do Governo.

Com uma dívida externa de 155 milhões de dólares e uma inflação de 6,5 por cento (dados de 1991), Cabo Verde é um país extremamente dependente da ajuda externa, não tendo contudo, conforme sublinhou recentemente, em Bruxelas, o seu Presidente, dificuldade em cumprir as obrigações referentes a financiamentos, direitos humanos e democracia. «A reputação do meu país é boa, inclusive desde o tempo em que vigorava o sistema de partido único», disse António Mascarenhas Monteiro.



S. TOMÉ
E PRÍNCIPE

A crise adiada

POUCO mais de dois anos passados sobre a realização das suas primeiras eleições pluripartidárias, São Tomé e Príncipe vive uma situação de crise adiada. A oposição quer eleições gerais antecipadas e, dentro do próprio partido no poder, há quem queira que este abandone o Governo. No meio, encontra-se o Presidente Miguel Trovoada, de quem a oposição espera a dissolução do Parlamento.

A princípio, tudo parecia seguir as boas regras da alternância: nas eleições de 1991, o Partido da Convergência Democrática (PCD) derrotou o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (reconvertido em MLSTP-

PSD, Partido Social Democrata), no poder desde a independência, e Miguel Trovoada venceu Pinto da Costa.

Mas a situação, caracterizada por uma dívida externa de 362 milhões de dólares (1991), uma inflação superior a 27 por cento (1992), uma enorme desvalorização da moeda nacional, o aumento dos preços dos produtos de base e da gasolina (que triplicou), levou o Presidente a demitir, em Abril de 1992, o primeiro-ministro Daniel Daio, substituindo-o por Norberto Costa Alegre.

Oito meses depois, nas autárquicas, o MLSTP-PSD conquistava cinco das sete câmaras do país.

Entre uma má relação com o PCD desde a demissão de Daio e as pressões de um MLSTP «moralizado» pela vitória de Dezembro, em Março deste ano, o Presidente Trovoada acabaria por dar luz verde à constituição formal, em partido, da Acção Democrática Independente, liderada pelo seu assessor para os Assuntos Políticos, Gabriel Costa.

AS DIFÍCEIS GUERRAS DA PAZ NOS DOIS PALOP ONDE AS ARMAS NÃO SE CALAM

ANGOLA

Na hora das contra-ofensivas...

EXPRESSO. 25 5 93

UMA contra-ofensiva militar de grande envergadura dirigida para alguns pontos nevralgicos da economia angolana está a caracterizar a resposta da UNITA à crise gerada com o impasse das conversações de Abidjan e à ofensiva militar de Luanda.

Com o processo negociado em «ponto morto», o Presidente Eduardo dos Santos acabou por anular a deslocação prevista esta semana para Libreville, por recear um suposto encontro com Jonas Savimbi, numa operação que estaria a ser preparada pelo Presidente Felix Boigny, da Costa do Marfim, segundo apurou o EXPRESSO junto de uma fonte dos serviços de segurança angolana.

Ao retomar posições no Soyo, pondo em causa interesses das companhias petrolíferas ocidentais, a UNITA, de acordo com alguns analistas, lançou o seu primeiro repto ao recente reconhecimento de Angola pelos Estados Unidos. Os rebeldes através da «Voz do Galo Negro», advertiram já que «a atitude dos americanos não afectará o nosso comportamento» e, com a actual iniciativa militar, parece pretenderem demonstrar a sua capacidade para sacudir a pressão das forças governamentais sobre a província do Huambo.

A imobilização da actividade diamantífera no Nordeste do país com a reconquista da base de Cafunfo e Luzamba poderá levar Angola a ter este ano prejuízos superiores aos 520 milhões de dólares do ano passado, incluindo já o tráfico ilícito de diamantes.

«Indisciplina» no MPLA

Dois anos passados sobre a assinatura dos acordos de Bicesse, ninguém volta a ter dúvidas de que é novamente a linguagem das armas que comanda todo o processo negociado. «Mas ninguém também pode pensar que a guerra, quer de um lado quer do outro, poderá ditar um vencedor» — salientou um antigo observador da CCPM.

A verdade, porém, é que mais do que uma mera reacção à crise, a paralisação da vida no Soyo, a reconquista do Cafunfo, a reocupação da cidade de N'Dalatando, na província do Kuanza-Norte, pelas forças da UNITA e os violentos combates que desde segunda-feira opõem estas às FAA nos arredores da cidade de Malange, parecem encerrar a predisposição de Jonas Savimbi em travar a ofensiva das tropas governamentais. «A UNITA assume a iniciativa militar porque sabe perfeitamente que o Governo, com o exército por organizar, não tem forças de ocupação nas zonas que liberta», explicou ao EXPRESSO um perito militar.

A inviabilização do recomeço da actividade petrolífera no último fim-de-semana no Soyo lança, assim, em descrédito o anúncio feito dois dias antes pela ministra dos Petróleos, Albina Assis, relativamente ao seu relançamento a curto prazo. O exacerbado entusiasmo que a Sonangol, por outro lado, emprestou ao reconhecimento de Angola pelos Estados Unidos, com a

promoção de um banquete, também acabou por esfumar-se, em menos de três dias, num mar de frustrações em vários círculos políticos angolanos.

A reconquista do Soyo pela UNITA, ao pôr em causa a vulnerabilidade das tropas do Governo naquela região, constituiu «a expressão de uma certa desorganização e indisciplina reinante no seio das FAA», na opinião de um antigo oficial das FAPLA. Uma outra fonte afecta ao Ministério da Defesa rejeita essa tese, alegando que «a situação do Soyo resultou do envolvimento de tropas e material de guerra provenientes do Zaire». Nalguns meios do Governo, admite-se mesmo que as relações entre os dois países possam vir a conhecer um período de crise aguda, face às suspeitas da participação de Kinshasa na preparação de alguns batalhões da UNITA. Uma fonte ocidental admitiu, entretanto, que mercenários que teriam apoiado o Governo na retomada do Soyo possam ter estado agora por detrás da operação desencadeada pela UNITA.

A «ilusão» do Governo

A resposta da UNITA está longe, entretanto, de se confinar às zonas petrolíferas. Na verdade, atacando o Governo «onde dói mais», as tropas de Jonas Savimbi acabam de assaltar um novo golpe a Luanda, ao reocupar importantes faixas da zona diamantífera da Lunda-Norte em operações que foram facilitadas pelos graves conflitos que opuseram a polícia de emergência

aos garimpeiros, segundo apurou o EXPRESSO de fonte independente.

O descrédito instalou-se entre a população civil, que acabou por ser vítima dos desmandos praticados por alguns «ninjas». «Os diamantes estão a saque e à mercê das tropas quer do Governo quer da UNITA, que, na mesma proporção, estão mais interessadas em garimpar do que em fazer outra coisa», disse um camionista da Lunda-Sul.

A reconquista destas áreas continua a ser tida como uma prioridade para Luanda, que preconiza a contratação de uma empresa israelita para garantir a segurança da região. Uma fonte do Ministério da Segurança assegurou que o Governo não vai ficar de braços cruzados, ante esta contra-ofensiva da oposição armada em Angola que, na província do Kuanza-Norte, culminou com a reocupação da cidade de N'Dalatando. «Isto parece uma guerra de brincadeira», comentou um observador estrangeiro.

Nesta região, grupos de rebeldes provenientes da região do Bengo têm estado a lançar diversos ataques na estrada que liga Luanda ao Dondo, limitando drasticamente a circulação de pessoas e meios de transporte nesta via rodoviária. «Foi uma ilusão, com a ofensiva das FAA a partir do Kuanza-Sul, pensar que a UNITA se remeteria a uma situação defensiva», reconheceu uma fonte militar do Governo.

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

Caminhos de incerteza

MOÇAMBIQUE

... e das batalhas da propaganda

O CHEFE da delegação da Renamo na Comissão de Supervisão e Controlo do cessar-fogo (CSC), Raul Domingos, avisou, na passada terça-feira, perante a perplexidade dos jornalistas convocados para uma conferência de Imprensa, que «sem um mínimo de cem milhões de dólares para a Renamo antes das primeiras eleições gerais multipartidárias, não haverá garantias de paz, estabilidade e democracia para Moçambique».

O dirigente rebelde não afirmou de forma categórica se sem esse valor mínimo a guerra prosseguirá, mas deixou bem claro que a sua organização não aceitará os resultados das eleições, porque, em sua opinião, a ocorrência numa circunstância de desequilíbrio financeiro entre a Frelimo e a Renamo, não serão «livres nem justas».

Numa declaração que pareceu um autêntico ultimato, Domingos disse que o seu movimento assinou os acordos de paz «sob pressão» de muitos países, «que os puseram como condição indispensável para 'libertarem' financiamentos».

«Muitos até dizem: 'se assina-

rem hoje, amanhã têm dinheiro convoso». Esses mesmos países dizem agora que não têm legislação que autorize o financiamento de partidos políticos», queixou-se, acrescentando ser «expressamente proibida a exploração dos recursos naturais» nos territórios administrados pela Renamo.

Raul Domingos voltou a acusar o Governo do Presidente Joaquim Chissano de procurar aproveitar todas as oportunidades para «violiar, esvaziar, fugir ou simplesmente ignorar o Acordo Geral de Paz», apontando como exemplos o anteprojecto de lei eleitoral e «provoações militares» das forças governamentais nas províncias de Nampula e Maputo.

O líder do movimento, Afonso Dhlakama, seria mais cauteloso na Holanda, onde se encontrava de visita, ao afirmar que o número avançado por Raul Domingos «é excessivo», embora não pudesse precisar «se seriam necessários 50 ou 100 milhões», porque o que é preciso é «dinheiro suficiente para cobrir as despesas».

O chefe da delegação do Governo na CSC, o ministro dos Transportes e Comunicações de Moçambique, Armando Guebuza, considera, pelo contrário, que o seu Executivo já

ultrapassou o limite a que os acordos de paz o obrigam. Doravante Maputo não efectuará «doações adicionais» à Renamo para esta se transformar em partido político, porque «já está politizada».

A bagunça dos partidos

Mas a cena política em Moçambique não se resume à Frelimo e à Renamo. Existem também os chamados partidos «emergentes»: multiplicam-se, aliam-se, dividem-se, expulsando os respectivos contestatários. A mais recente cisão verificou-se, sábado passado, na Pafemo, e dois dos seus ex-responsáveis expulsos por «traição» formaram a Pafemo-DF, a «Pafemo-Democrata-Federalista».

Quanto ao presidente da Pafemo, Mariano Janeiro Purdina — que já militara em dois partidos recentemente formados —, ameaça ocupar militarmente uma província não especificada do centro do país antes das eleições, tendo anunciado em Manica que possui um exército de dois mil homens armados.

E é devido à multiplicação de situações deste tipo que um funcionário da Onumuz, que supervisiona a aplicação dos acordos de paz, desabafa: «A continuar assim, a Frelimo apenas vai às primeiras eleições legitimar a sua governação».

Reinaldo Chilenge
correspondente em MAPUTO

Esperança frustrada

EXPRESSO, 25 5 93

OS ACORDOS de Bicesse foram uma esperança de paz para Angola e para o seu povo, mas essa esperança foi frustrada. O acordo deve ser avaliado pelos seus resultados, e estes — bem evidentes na realidade que estamos a viver — ficaram aquém do esperado.

Não se obteve aquilo que se pretendia porque o árbitro e os «liners» deixaram de ser árbitros e «liners» para se tornarem actores, estando à vista as consequências. Os observadores e a mediação deixaram de exercer as suas funções e funcionaram como protagonistas, desempenho que deveria estar única e exclusivamente reservado aos angolanos.

Até à data das eleições, Bicesse funcionava aparentemente, mas um acordo é sempre aplicado num contexto social, e é no dia-a-dia que se vê se o compromisso é cumprido ou se deve ser ajustado ou emendado.

Quando a UNITA disse que havia desvios e esperava que os observadores e a mediação agissem em conformidade, estes ficaram parados e, por causa dessa atitude, acumularam-se pontos de fricção. Os momentos de tensão foram-se sucedendo desde os primeiros tempos de vigência de Bicesse.

Neste quadro, embora sem pedir formalmente a revisão do texto, chamámos a atenção a todos os implicados no pro-

João Miguel Vahekeni*

cesso de paz para as situações que não estavam a decorrer conforme previam os acordos. Um dos aspectos importantes, por exemplo, foi o Exército. Quando a UNITA alertou que o Governo, ao criar os «Ninjas», não estava a cumprir a sua palavra, ninguém nos quis ouvir.

Neste momento do conflito, na sequência do fracasso da primeira ronda de discussões em Abidjan, os Acordos de Bicesse devem ser adaptados à situação que se vive no país, processo em que os actores principais terão de ser a UNITA e o MPLA.

Observadores e mediadores têm a função de aconselhar os angolanos, mas não de protagonistas principais.

Na aplicação de Bicesse, Portugal não desempenhou bem o seu papel porque, a partir de certo momento, procurou defender mais os os interesses próprios e não os de Angola, quando Bicesse deveria servir os angolanos e não o relacionamento íntimo entre o MPLA e o Governo de Lisboa.

Hoje, Portugal continua a ser um observador do processo de paz — como os EUA e a Rússia —, mas a mediação passou para a ONU. Em relação ao estatuto de Portugal, que até desempenhou

nas negociações um papel mais importante que os norte-americanos e russos, «observar» significa seguir atentamente um processo, mas não se pode substituir aos verdadeiros actores.

Na preparação de futuros entendimentos entre as duas partes, é preciso saber se os acordos respondem ainda à situação actual, que é — objectivamente — resultante da aplicação do texto assinado há dois anos. Nesta medida, creio que ter-se-á necessariamente de assinar um novo acordo, que completará o de Bicesse. Foi um desejo expresso por todos os presentes nas negociações de Abidjan que, num prazo muito curto, as pessoas se encontrem de novo para continuarem a discussão do que ficou por terminar.

Apesar de não termos conseguido um acordo, houve um trabalho substancial feito em Abidjan que deverá ser preservado para servir de base e facilitar a próxima ronda de negociações. A UNITA continua apostada no diálogo como a única saída da actual crise angolana. Fica, porém, um apelo aos observadores e à comunidade internacional, em geral, no sentido de ajudarem os angolanos a encontrar soluções, em vez de lhes pretender impor.

* Delegado da UNITA em Genebra, membro da delegação em Abidjan

Caminhos de incerteza

Bicesse não morreu

EXPRESSO, 25.5.93

QUANDO, há exactamente dois anos, eram rubricados, em Bicesse, os acordos de paz para Angola, duvidei que algum angolano, independentemente do seu credo político ou religioso, origem étnica ou posição social, não fosse suspirar de alívio. A todos (ou quase todos, afinal) parecia surgir a luz que haveria de iluminar o caminho, ainda assim sinuoso, que nos levaria à tão ansiada paz.

Durante 30 anos (1961-1991), os angolanos viram-se obrigados a trocar as ferramentas geradoras de riquezas, instrução e desenvolvimento pelas armas de extermínio da espécie humana. Se num primeiro tempo a guerra encontrava justificação na obsolescência dos poderes coloniais, que recusavam adaptar-se à nova situação em África, o mesmo não se poderá dizer de uma luta fratricida que continua a privar Angola do que mais precioso tem: a alma generosa do povo.

Observadores longínquos da cena política poderão revelar-se atónitos perante o facto de numerosas pessoas ostentarem nomes como «Monacaxito», evocação do célebre lança-mísseis auto-propulsivo, «SES», designação de uma espingarda automática «Fúria», «Força indomável», etc. Não há motivo para vos mostrardes horrorizados. Isto corresponde, antes de mais, à mentalidade de várias gerações duramente marcadas pela guerra mais atroz que algum dia se viveu em África.

Mais grave ainda é constatar que o passado de guerra e de incompreensões teima em multiplicar-se com redobrada

violência nos dias de hoje. É pois tempo de nos interrogarmos sobre que terrível maldição se abateu sobre Angola, para que ela não consiga reencontrar-se consigo própria e conhecer, enfim, a era da estabilidade, da concórdia nacional e do desenvolvimento.

Ao aceitarmos o repto, facilmente se concluirá sobre a complexidade do processo político angolano, onde avultam, retrospectivamente, a falta de unidade do Movimento de Libertação nacional, a hipoteca de interesses nacionais a potências estrangeiras e, em consequência, a internacionalização do conflito angolano. Assim como — e isto não é menos importante — a extrema sede pessoal de poder de um dos protagonistas da guerra: Jonas Savimbi.

Não há pois erro mais crasso, ao analisar-se a Angola dos nossos dias, sem atentar às causas mais profundas de conflito, evitando-se a ligeireza de abordagens circunstanciais, decorrentes do que vulgarmente se chama «desculpa do mau provedor».

É o caso da tese embandeirada pela UNITA, ao pretender que se assistiria em Angola ao «genocídio» dos Becongopelos Kimbundos ou a uma deliberada política de subalternização dos Umbundos. Curiosamente, e isso já foi assinalado por diferentes observadores, tais propósitos só foram atribuídos ao MPLA após a fragorosa derrota da UNITA nas eleições de Setembro do ano passado...

Afinal de contas, a UNITA de Jonas Savimbi necessita desesperadamente de «ven-

der» a imagem de uma forte motivação para continuar a guerra pelo poder. Se ontem logrou colar-se à imagem de «freedom fighter» contra o suposto totalitarismo do MPLA, e assim mesmo a esmagadora maioria do povo soube escolher os seus melhores representantes, o exercício propagandístico da UNITA decalcado da experiência jugoslava não passa disso mesmo: um alibi propagandístico para justificar a continuação da guerra sem sentido contra o povo de Angola.

Felizmente, não são poucos os estadistas e influentes países do Mundo que compreenderam já o logro em que se deixaram cair, ao manterem, depois de Setembro de 1991, uma posição equidistante relativamente ao Governo e à UNITA. Tal procedimento só os dignifica porque sugere uma leitura mais correcta da situação.

A UNITA engana-se

Uma palavra de apreço deve ser dirigida ao Presidente norte-americano, Bill Clinton, ao decidir o reconhecimento do meu Governo. Longe de enfurecer o núcleo duro da UNITA, a nova posição da Administração americana deveria convidá-lo a uma séria reflexão sobre o alcance dos Acordos de Bicesse e a irreversibilidade do processo democrático angolano.

Apostar na guerra destruidora não é um caminho sábio, pelo contrário, tal atitude reflecte um sentimento de insegurança patológica, própria de quem não compreende o mundo e os homens modernos, aos quais, pelo contrário, Savimbi gostaria de ver mol-

dados à sua semelhança. É um beco sem saída possível.

Infelizmente, algumas vozes se levantam, aqui e ali, referindo que o reconhecimento do Governo angolano pelos EUA nos tornaria mais arrogantes e intolerantes. Nada mais falso.

O mundo foi testemunha da enorme paciência e flexibilidade com que os nossos negociadores enfrentaram a chantagem da UNITA em Abidjan. Enganando-se a si próprios, os homens de Savimbi foram longe de mais ao desafiarem mais uma vez a comunidade internacional e negligenciar a disposição do Governo em assumir as suas responsabilidades.

Os ganhos militares que a UNITA possa (ainda) reclamar nesta ou naquela porção do território nacional são, à partida, vitórias de Pirro. A atitude irresponsável de Jonas Savimbi, longe de contribuir para a solução dos problemas políticos, só os agudiza.

Estou pois convencido de que terá que haver forçosamente uma solução negociada, num quadro global que deverá ser caracterizado pela eliminação da arrogância militarista da UNITA, isto é, pela afirmação de uma UNITA democrática, válida e necessária para a consolidação da democracia nascente em Angola.

Em definitivo não serão as armas da UNITA o veículo para a construção da paz civil e o renascimento da nação. Dois anos passados sobre Bicesse mostram bem ao mundo o quanto ainda terá de fazer, ao lado dos angolanos de boa vontade, para resgatar Angola da destruição e da morte.

* primeiro-ministro de Angola

Washington a reconhecido o governo de Luanda

Los Estados Unidos ont décidé de reconnaître le gouvernement de Luanda dirigé par le Mouvement populaire pour la libération de l'Angola (MPLA), ancien parti unique au pouvoir depuis 1975. L'annonce en a été faite, mercredi 19 mai, par le président Clinton, qui recevait à Washington Mgr Desmond Tutu, l'archevêque anglican du Cap.

C'est encore un petit morceau de l'héritage de la guerre froide qui disparaît. Pour n'être pas véritablement inattendue - les Etats-Unis

envisageaient un tel geste depuis plusieurs mois, - la décision du président Clinton, mercredi 19 mai, de reconnaître le gouvernement angolais n'en représente pas moins un geste symbolique important.

Logique avec sa politique de soutien aux gouvernements démocratiquement élus, Washington tire un coup de chapeau à son ancien ennemi, le régime angolais issu du très marxiste Mouvement populaire de libération de l'Angola (MPLA), et « lâche » son allié, l'Union nationale pour l'indépendance totale de l'Angola (UNITA) de Jonas Savimbi, soutenu militairement, politiquement

et financièrement pendant plus de quinze ans par les Etats-Unis au nom de la lutte contre le communisme. En annonçant personnellement cette reconnaissance, le président Clinton, dont c'était la première initiative africaine significative, a souligné que cette décision « reflète la haute priorité » que la nouvelle administration « accorde à la démocratie ». Une manière de saluer le récent comportement du régime de José Eduardo Dos Santos et de dénoncer, dans le même temps, celui de l'UNITA, qui a repris les armes après avoir dénoncé les résultats des élections de septembre dernier, prévues par les accords de paix signés au Portugal en mai 1991.

En rouvrant les hostilités, en octobre, après avoir refusé sa défaite lors du premier scrutin libre organisé depuis le début de la guerre civile, en 1975, M. Savimbi a vu sa crédibilité

s'effriter à Washington. Celui que les Etats-Unis avaient appuyé dans sa lutte contre un régime devenu un des points d'appui de l'effort d'expansion soviétique en Afrique - par soldats cubains interposés - s'est transformé en irresponsable trublion de l'après-guerre froide.

Le mouvement de M. Savimbi est désigné comme l'unique responsable du conflit et de l'échec, le 21 mai, des négociations d'Abidjan. Après avoir usé de cette reconnaissance pendant des mois comme d'une carotte - vis-à-vis de Luanda - et d'un bâton - à l'égard de l'UNITA, - afin d'inciter les deux parties à trouver une solution négociée, Washington, excédé par le refus par l'UNITA d'un compromis, a ostensiblement choisi de récompenser le gouvernement de Luanda et de répudier son ancien allié.

LE MONDE, 21 5 93

Luanda desvaloriza kwanza

MERGULHADA numa crise económico-financeira sem precedentes, Angola prepara-se para ensaiar novas fórmulas de contenção do surto inflacionista, através da adopção, neste fim-de-semana, de um pacote de desvalorização deslizando do kwanza.

Num estudo, o Ministério das Finanças e o Banco Nacional de Angola acabam de propor ao Governo três variantes conducentes à progressiva desvalorização da moeda nacional que, na opinião de um prestigiado economista, permita, no prazo de três meses, estabelecer uma paridade entre a taxa oficial e a do mercado informal.

Na primeira variante deste plano, os especialistas do banco propõem uma desvalorização de 5 por cento por semana que poderá, na última versão da sua proposta, avançar para os 15 por cento, fixando o dólar em 21 mil novos kwanzas.

A instituição deste mercado de taxas flutuantes tem estado, entretanto, a dividir os economistas, que, nalguns círculos, defendem que a abordagem de uma problemática desta envergadura deveria ser objecto de um debate mais abran-

gente.

«Vamos assistir a uma alta do custo de vida que — beneficiando sectores dos Ministérios da Defesa, Interior e Reinscrição — através da manutenção da taxa fixa de quatro mil novos kwanzas — não sei se não penalizará ainda mais o regime», prognosticou um funcionário do Banco de Crédito.

Um outro prestigiado economista disse ao EXPRESSO que a adopção dessas medidas deveria ser avaliada primeiramente em termos conjunturais face às debilidades de uma economia que, não estando a funcionar dentro dos parâmetros de um sistema demarcado, está longe também de ser, em termos rigorosos, uma economia de guerra.

Esta apreensão é tanto maior devido ao facto do MPLA ter reimposto métodos administrativos para dirigir a sua economia perante uma ausência completa de um sistema de produção nacional.

Ao confrontar-se hoje com níveis de inflação que já ultrapassaram há muito a barreira dos 300 por cento, a aplicação de uma terapêutica de choque poderá conduzir à falência de centenas de empresas e ao desemprego de milhares de trabalhadores. Na opinião de especialistas, a solução da crise económica angolana deveria passar por uma política efectiva de descentralização e pela tomada de medidas pontuais que não estrangulem o único barómetro da sua economia: o mercado informal.

A verdade, porém, é que o Governo se encontra praticamente num beco sem saída. Por esta razão, outra corrente de economistas sustenta que Angola não tem outra alternativa senão adoptar uma terapêutica de choque que ponha um mínimo de ordem num mercado completamente desregulado.

Em meios financeiros cretos, entretanto, uma onda acentuada de ceticismo perante a nova proposta do Ministério das Finanças de consagrar uma

verba de dois milhões de dólares por semana, numa altura em que é publicamente conhecida a crise de liquidez das instituições bancárias.

«A dúvida que se coloca é se essas medidas terão alguma eficácia num país improdutivo e que, a cada momento, se endivida cada vez mais», disse uma fonte do Ministério das Finanças.

Um economista que defende o retorno à política de leilões considera o passo do Executivo «um recuo de posições» do Presidente Eduardo dos Santos, que, desta forma, estaria a dar razão à política defendida há pouco menos de dois meses pelo antigo ministro das Finanças, Salomão Xirimibi.

No domínio da dívida externa, Luanda reconhece, por outro lado, que todas as hipóteses de reescalonamento da dívida continuariam bloqueadas enquanto Angola não for um candidato adequado a um programa económico do FMI.

«Não podemos continuar a gerir a nossa economia com paliativos que estão a fazer crescer, ao lado da miséria, uma burguesia militar que ninguém sabe como produz riqueza», disse um antigo contestatário das políticas económicas do Governo do MPLA.

Com os créditos de curto e médio prazo limitados, «Angola não tem neste momento outra saída senão retomar imediatamente o diálogo com o FMI com vista a concluir um acordo de crédito tipo ESAF para reabrir as portas ao reescalonamento da dívida, quer junto do 'Clube de Paris' quer junto da banca comercial», disse, a concluir, a mesma fonte.

Gustavo Costa
em LUANDA

Talks end, war goes on

FROM A CORRESPONDENT IN ABIDJAN

WHEN the Angolan government delegates flew back last week to Luanda from Abidjan, capital of Côte d'Ivoire, few were mourning the abortive six-week peace talks they had left behind. Beer and whisky flowed freely, amid much back-slapping and bonhomie. The cause for celebration was the Clinton administration's decision to recognise Angola's government, which came just 48 hours before the talks had broken down.

Recognition was a blow, though by no means a fatal one, to the UNITA rebels, who have been fighting government soldiers since January, having lost to them at the election in September. But the suspension of negotiations was on the cards even before the Americans' decision. When the United Nations tried to hold peace talks in February, UNITA did not even turn up. Then the rebels captured Huambo, Angola's second-biggest city, in a battle that claimed thousands of lives. So when UNITA arrived in Abidjan last month, fresh from victory at Huambo, it was determined to get a much better deal than the agreement in May 1991 which supposedly ended Angola's decade and a half of civil war.

Throughout the talks, the leader of the UNITA delegation, Jorge Valentim, had in-

sisted on a settlement that "corresponds to the new reality in Angola"—a settlement, in other words, reflecting the fact that the rebels now claim to have won control of three-quarters of the country. He demanded top cabinet posts for UNITA and a form of "decentralisation" that would assure its dominance in the provinces. UNITA also asserted that it would not start demobilising its troops until a 12,000-strong UN peace-keeping force was in place.

There might, indeed, have been scope for compromise on some of these issues. The fact that the government was willing to sign a new peace agreement was its concession. The real sticking-point was UNITA's refusal to remove its soldiers from any of the areas it now controls. UNITA maintained that this could be done only if there were a reciprocal withdrawal by government troops, and if the process were supervised by the UN.

Observers from Russia, Portugal (Angola's former colonial master) and America, who had spent much of the six weeks drafting and redrafting endless versions of the "Abidjan protocol"—the peace agreement that never was—worked until the last minute trying to reformulate this point to make it acceptable to both sides. UNITA's final refusal to sign was greeted with frustration, but not complete surprise.

It had been hoped that the Americans' long-delayed decision to recognise the government might have obliged UNITA to cooperate. Throughout the 1980s America had provided the rebels with arms and expert advice; their leader, Jonas Savimbi, had

been feted in Washington. America's desertion of its former protégé, in favour of its former enemy, sent a clear signal of its impatience with UNITA's behaviour. But recognition has probably come too late to influence Mr Savimbi. Had the Americans acted sooner, they might have been able to squeeze concessions from UNITA. Now that the rebels control such a large amount of territory, their demands are harder to refuse.

This week UNITA dealt the government its most serious blow since the fall of Huambo. It captured Soyo, a city that produces about a third of Angola's oil. This will deprive the government of revenue, and also strengthen UNITA's hand in any future negotiations. The rebels are keeping up their siege of several provincial capitals: Luena, Huige, Kuito and Menongue. In Luena UNITA attacked a refugee camp, killing 46 people. The UN has suspended food-relief flights. Government forces have mounted a campaign in Lunda Norte province in an attempt to recapture the diamond mines that earn UNITA \$300m a year.

The outlook is bleak. Fighting will continue for as long as UNITA can smuggle in supplies, most of which are thought to reach the rebels by way of Zaire. The Abidjan protocol would have provided for a greatly expanded UN mandate. But this depended on a ceasefire. There is now nothing of the kind. After eight months of dogged peace-making, wholly unrewarded and largely unappreciated, the UN's representative in Angola, Margaret Anstee, is said to want to give up. Her successor faces an unenviable task.

Conflito alastra a países vizinhos

PÚBLICO, 29 5 93

A ZÂMBIA e a Namíbia já foram apanhadas pelo alastrar do conflito em Angola, enquanto ontem à noite se aguardava o resultado da reunião em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas — convocado para as 15h30 locais (21h30 em Lisboa) — se deveria pronunciar uma vez mais sobre a situação no país.

O Exército zambiano colocou-se ao longo dos 850 quilómetros da sua fronteira com Angola; e a UNITA acusou a Namíbia de ter enviado tropas em apoio de uma ofensiva governamental angolana na província do Cunene.

Os homens de Jonas Savimbi controlam a situação em mais de metade do território angolano e o Presidente José Eduardo dos Santos reconheceu ontem que alargaram nos últimos dias o seu domínio às terras do Soyo, que são um prolongamento, a Sul do rio Zaire, das grandes jazidas petrolíferas de Cabinda.

Numa entrevista a uma rádio privada, o Presidente informou que o comando das forças governamentais no Soyo foi detido, devido a negligência, pois que abandonou os soldados e tentou fugir levando consigo o posto de comunicações.

José Eduardo dos Santos confirmou igualmente que a UNITA ocupou as localidades de Cafunfo e Luzamba, na província diamantífera da Lunda-Nor-

te, sendo assim de admitir que o partido de Savimbi tem agora muito mais recursos — em petróleo e em diamantes — para poder continuar a guerra e garantir o controlo militar da maior parte do país.

Segundo fontes governamentais angolanas citadas na quinta-feira à noite pela agência Lusa, "a actual situação militar, social e económica não se pode manter por muito mais tempo, sob pena de as estruturas actualmente existentes ruírem a qualquer momento".

Ou seja, o Estado angolano — que já não consegue exercer a sua autoridade em mais de 30 por cento do território — está em risco de, na prática, deixar de existir, apesar de contar com a simpatia das Nações Unidas e, inclusive, agora, da Administração norte-americana.

Luanda não se satisfaz com a prevista condenação da UNITA pelo Conselho de Segurança, pretendendo mesmo que Jonas Savimbi seja julgado pelo tribunal especial que a ONU decidiu instituir para julgar crimes de guerra.

No entanto, as culpas não podem recair apenas sobre um dos lados. E ainda na quinta-feira uma chamada "Comissão Luso-Angolana par a Libertação dos Presos Políticos de Luanda" afirmava ao PÚBLICO, num fax de assinatura ilegível, que "as

tropas do MPLA levaram a cabo o genocídio sistemático e organizado de todos os elementos contactados com a oposição, na cidade mineira de Kafunfo, durante o fim de Abril e início de Maio".

A comissão disse que foram "encontrados valas comuns e corpos em decomposição, com marcas de tortura física em muitos deles". E alegou ainda que "informações provenientes da província do Kwanza-Sul referem a continuada política do MPLA de extermínio étnico das populações ovimbundo, sob o pretexto de serem simpatizantes da UNITA".

Na sua entrevista de ontem a Luanda Antena Comercial (LAC), o Presidente da República considerou que "a democracia em Angola está em perigo e amputada e é por isso que o problema com a UNITA tem de estar solucionado até ao fim do ano, a bem ou a mal". Mas não viu condições para a segunda volta das presidenciais antes de dois anos...

Segundo ele, "a comunidade internacional começa a entender que é legítimo ao Governo apetrechar-se com armas para defender a integridade do território e fazer frente a um Exército armado, que não aceitou o resultado das eleições e diariamente mata o povo".

De acordo com a estratégia que o MPLA tem vindo a seguir desde há muitos meses, José

Eduardo dos Santos argumentou que "há uma UNITA democrática, que está no Parlamento, e uma belicista, que se não aceitar entrar na legalidade será esmagada pela força das armas".

No decurso da entrevista, o Chefe do Estado considerou urgente "a criação de um Comissário para a Alta Corrupção", disse não ser aconselhável abandonar nesta altura a liderança do partido governamental e entendeu que "tem de se encontrar uma solução legal para que haja um Presidente eleito, mesmo que não o seja através de sufrágio directo".

No fim da próxima semana devem reunir-se em Washington os observadores do processo angolano (Portugal, Estados Unidos e Rússia), de modo a procurar dar seguimento prático ao que ontem estava a ser deliberado pelo Conselho de Segurança da ONU e a tentar encontrar novos caminhos para a saída da crise.

Portugal será representado pelo secretário de Estado da Cooperação, Biosa e Gala, e pelo representante na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), embaixador António Monteiro, enquanto as honras da casa serão feitas pelo secretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos, George Moose.

Hoje, em Paris, Moose aborda a questão angolana com o Presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, decano dos Chefes de Estado africanos e velho amigo de Savimbi. ■ J.M.

Angolanos preparam realização de um grande encontro

Lisboa, de novo o palco da aproximação

Fernando Semedo

PÚBLICO, 29 5 93

Os organizadores garantem que a data escolhida nada tem a ver com a passagem do segundo aniversário dos Acordos de Bicesse. Mas, hoje, Lisboa volta a ser o palco de um processo de reanimação e aproximação da sociedade angolana: centenas de pessoas estarão num jantar de que poderá resultar o lançamento das bases de um grande encontro.

Algumas centenas de angolanos vão hoje encontrar-se em Lisboa. O encontro efectua-se à volta de um rodízio, um churrasco, que é seguido de um momento cultural, com canções e poesia, mas o jantar não será apenas um espaço de convívio. Atesta-o o facto de ter sido precedido de encontros preparatórios. Ninguém sabe com rigor onde irá desembocar esta movimentação, mas admite-se a possibilidade de se concretizar um grande encontro, do tipo do Congresso de Quadros, mas com um conteúdo necessariamente diferente.

De acordo com testemunhos colhidos pelo PÚBLICO junto de alguns dos organizado-

res, entre os quais pontifica um núcleo de pessoas que há três anos organizaram o Congresso de Quadros Angolanos, na FIL, em Lisboa, o "grande objectivo" é "recriar um ambiente de diálogo, muito aberto às diversas sensibilidades da sociedade angolana".

O Congresso de Quadros reuniu pela primeira vez um numeroso grupo de angolanos que, progressivamente, se haviam afastado. Naquela iniciativa, realizada em Abril de 1990, falou-se da "reunificação da família angolana". Actualmente, dizem os organizadores, "a pátria corre perigo e importa fazer um grande esforço para o diálogo, assente na óptica da sociedade civil".

Operacionais herdados do Congresso de Quadros

Tanto quanto o PÚBLICO apurou, tudo começou com um núcleo de cerca de 40 pessoas que realizaram um jantar, há cerca de um mês. Aí se começou a delinear o jantar de hoje. Foi constituído um núcleo de uma dezena de pessoas, que teve algumas reuniões.

Não ferir susceptibilidades era uma das primeiras preocupações. Afastar suspeições existentes, não dividir, mas reforçar laços, era o objectivo permanente.

Resultado consensual: Vítor Ramalho, assessor de Mário Soares, advogado e angolano, que foi um dos principais operacionais do Congresso de Quadros, é o autor de uma intervenção justificativa do jantar; será lida por um outro angolano, Rui Romano, jornalista. Paula Santana, uma estudante, finalista de Economia, de um grupo de jovens que tem promovido iniciativas para a

Continua na pág. 9

EUA querem dar continuidade ao reconhecimento

Ajudar Luanda e abandonar a UNITA

PÚBLICO, 31 5 93

OS ESTADOS Unidos, que a 20 deste mês reconheceram oficialmente Luanda, querem participar de forma efectiva no processo de paz angolano. A assinatura do cessar-fogo deve ser obra dos angolanos, mas os norte-americanos tencionam dar, depois, apoio financeiro e logístico ao Governo e ao processo de paz, preparando-se para abandonar completamente o seu antigo aliado, a UNITA, disseram ao PÚBLICO fontes próximas da Administração, em Washington.

Há, entre os elementos da equipa de Clinton responsáveis pelos assuntos africanos, a noção de que o reconhecimento do Governo do MPLA não significaria por si só uma grande ajuda ao processo de paz no país. É necessário concretizar medidas de apoio, logo após a assinatura de um acordo de cessar-fogo entre as duas partes em conflito. Ao acordo, que terá de ser obtido pelos próprios angolanos, deverá seguir-se a segunda volta das eleições presidenciais, após o que os EUA poriam em prática o seu apoio, colaborando com o Governo e o Presidente eleitos no processo de desmobilização e acantonamento das tropas.

Segundo a fonte contactada pelo PÚBLICO, a principal razão que levou ao fracasso do processo de paz e ao recomeço da guerra em Angola foi a desmobilização não ter sido feita dentro dos prazos previstos. O líder da UNITA, Jonas Savimbi, após declarar a não aceitação dos resultados eleitorais, pôde activar de novo as suas tropas e toda a estrutura militar, porque não tinham sequer começado a ser desmobilizadas.

Troca de embaixadores

O apoio dos EUA deverá, portanto, incidir sobre este ponto, contribuindo para a criação de condições sanitárias, médicas e de alimentação nos quartéis, que tornem possível o acantonamento. Os EUA propõem ainda fornecer apoio tecnológico para desactivar minas em extensas áreas, utilizando análises por computador de fotografias aéreas. Este tipo de apoio pode ser altamente eficaz, pensam os membros da Administração de Bill Clinton, e tem a vantagem de não custar muito dinheiro: não mais que umas escassas dezenas de milhões de dólares.

No que respeita à troca de embaixadores, Washington prefere fazê-la também, se possível, após a assinatura de um acordo de paz. Nesse caso, a personalidade indicada para representar os EUA em Luanda poderia ter o perfil de um político. A escolha deverá recair em Gerald Bender, actual conselheiro do Departamento de Estado sobre assuntos africanos e talvez o maior especialista americano sobre Angola. Se a nomeação do embaixador tiver de ser feita antes do acordo de paz, por este tardar excessivamente, Washington deverá optar por um perfil de militar.

Quanto à UNITA, se perder também a segunda volta das eleições presidenciais, deverá ser reduzida ao que verdadeiramente é — um partido na oposição — e não receber qualquer tipo de ajuda ou encorajamento. "Savimbi já não tem amigos em Washington", afirmou a nossa fonte. "Até às eleições angolanas, a UNITA en-

quadrou o debate americano sobre Angola. Definia a perspectiva dos EUA sobre Angola. Depois, tudo mudou. Os observadores viram que as eleições foram justas. O senador Jesse Helms, provavelmente o homem mais conservador de todo o Congresso americano, esteve em Angola e constatou que as eleições foram livres e justas. Savimbi, ao optar pela guerra, perdeu os seus amigos em Washington."

Ao reconhecer o Governo de Luanda, os EUA esperam dar-lhe a confiança necessária para ser mais flexível nas negociações com a UNITA. Mas têm consciência de que esta poderá tornar-se mais radical nas suas posições. A influência americana sobre Savimbi, se já era muito reduzida, a partir de agora é nula. "Nunca controlámos Savimbi", diz a nossa fonte. "Nem mesmo quando lhe dávamos 16 milhões de dólares por ano. A 31 de Março de 1991, foram enviados os últimos fornecimentos para a UNITA — camiões e equipamento de comunicações —, para ajudar o partido a cumprir a sua parte no processo político que deveria levar a eleições. A partir daí, a nossa influência sobre Savimbi terminou."

Mas, agora, o abandono por parte do antigo aliado pode levar o líder da UNITA a atentar contra os interesses americanos em Angola, designadamente as instalações petrolíferas da companhia Chevron. Se o fizesse — o que é considerado em Washington como uma "possibilidade muito real" —, os EUA reagiriam fechando os escritórios da UNITA em Washington, congelando os bens do movimento e tentando convencer os aliados europeus a fazer o mesmo. Entretanto, a um nível mais discreto, Washington admitiria fornecer informação militar a Luanda, incluindo tecnologia de satélites, para apurar a situação das bases e movimentos da UNITA no terreno, o que permitiria ao MPLA neutralizar o adversário com relativa facilidade.

A necessidade de dar continuidade ao reconhecimento do Governo de Angola com medidas de apoio ao processo de paz foi referida por especialistas em assuntos africanos, chamados à Casa Branca dias antes do anúncio do reconhecimento por Bill Clinton. Os especialistas foram convocados por Nancy Soderberg, que, com Tony Lake, representa o "lobby" angolano dentro do Conselho de Segurança Nacional dos EUA. Soderberg e Lake, dois especialistas em questões africanas com grande interesse e conhecimento sobre o problema angolano, esperaram criteriosamente pela primeira "aberta" na agenda de Clinton para levantar a questão.

Foi Nancy quem pediu uma reunião com o Presidente, em finais de Março, para lhe explicar o que considerava ser a urgência do reconhecimento do Governo angolano. Clinton parece ter ficado convencido. Deu ao seu "staff" um prazo de dez dias para apresentar uma boa razão para não se reconhecer o Governo de Luanda. A equipa de peritos deve ter trabalhado dia e noite nesta tarefa, como é hábito na nova Administração, mas não conseguiu vencer o desafio presidencial. E, a 20 de Maio, Clinton reconheceu Luanda. ■

Paulo Moura, em Washington

Lisboa, de novo o palco da aproximação

paz, incluindo uma vigília no dia 31 de Abril, no Rossio, o reverendo José Chipenda, membro do Conselho Mundial das Igrejas, e Francisco Viana, empresário e outro dos principais organizadores do Congresso de Quadros, são os autores das intervenções programadas pelos organizadores. Admite-se, de seguida, um debate moderado por João José Oliveira, mais um dos promotores do Congresso.

No período cultural actuam, entre outros, Raul In-

dipwo, Bonga e Eleutério Sanches.

"Não há nada a comemorar"

As intervenções e o debate, de acordo com os organizadores, centrar-se-ão sobretudo na defesa da dignidade do cidadão angolano. "O cidadão como centro, respeitando toda a gente, todos os partidos", diz um dos promotores.

Para além de angolanos que

desde há anos têm feito de Lisboa o seu principal centro de actividade (não só profissional, mas também política), está já confirmada a participação no jantar de hoje de angolanos que cá estão ocasionalmente e de pessoas de presença recente, incluindo de novos partidos surgidos durante o processo eleitoral. E comparecerão ainda figuras representativas dos dois partidos beligerantes.

Para precaver eventuais dificuldades de distribuição das pessoas pela sala, os organizadores decidiram que todas as mesas seriam iguais, sem qualquer distribuição prévia ou criação de lugares para individualidades.

Apesar de coincidir com a passagem do segundo aniversário dos Acordos de Paz de Bicesse, assinados entre o MPLA e a UNITA, a data do jantar não tem nada a ver com isso, garantem os organizadores. Calhou assim, por pura coincidência. E também não viram razão suficiente para alterar a data que se inscrevia no seu calendário como a mais natural.

"Angola não tem razões para comemorar o que quer que seja. Não há nada a comemorar", dizem. "Por estranho que possa parecer, não tem nada a ver com o aniversário dos Acordos. É óbvio que houve uma esperança que foi defraudada, mas não é falar disso que nos move." ■

Continuação da pág. 8

África do Sul

Violência nos subúrbios

PÚBLICO, 25 5 93

DESDE SÁBADO já houve pelo menos 26 mortos nas zonas de Thokoza e Katlehong, nos subúrbios Sueste de Joanesburgo, a maior cidade sul-africana, onde estão a decorrer conversações multipartidárias sobre as primeiras eleições livres a realizar no país.

Doze corpos foram encontrados ontem em Katlehong, depois de diversas casas terem sido incendiadas ao princípio da tarde — anunciou a polícia, segundo a qual a situação se encontrava extremamente tensa.

No sábado, 13 pessoas haviam sido mortas e 61 feridas

em incidentes entre partidários do ANC e os ocupantes de um albergue, favoráveis ao Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi. E ontem de manhã fora encontrado mais um cadáver nessa residência para trabalhadores migrantes.

Por outro lado, dois polícias negros foram queimados vivos na localidade de Khayelitsha, perto da Cidade do Cabo. E um terceiro foi morto a tiro em Sebokeng, arredores de Joanesburgo.

O novo surto de violência ocorre numa altura em que todo o país está a debater a sucessão do líder do ANC, Nel-

son Mandela, no sentido de a idade de voto ser reduzida dos 18 para os 14 anos, como forma de dar um sentido político à agitação dos jovens.

O próprio Congresso Nacional Africano reagiu com reservas à proposta do seu chefe; e o resto da classe política manifestou clara oposição a tal ideia, pois a maior parte do mundo nunca viu miúdos de 15 e 16 anos a participar na eleição de deputados. Mas Mandela alegou ser isso corrente em países como a Nicarágua, a Coreia do Norte e o Afeganistão.

O chefe do Partido Democrático, o liberal branco Zach de Beer, comentou tratar-se de "uma vitória do oportunismo político sobre o bom senso".

Enquanto isto, no plano

externo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, foi ontem ao Cairo conferenciar com o seu homólogo egípcio, Amr Moussa, acerca da possibilidade de se estabelecerem relações diplomáticas entre os dois países. E, também, sobre a próxima cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), prevista para Junho, naquela cidade.

A África do Sul está actualmente interessada em aderir à OUA, de modo a poder desempenhar um papel de grande relevo no conjunto das relações entre todos os africanos. Papel esse que seria coordenado com o de três outras potências regionais: Nigéria (na parte ocidental do continente), Quênia (no Leste) e Egipto (no Norte). ■

PÚBLICO, 26 5 93

Numa acção-relâmpago ontem de madrugada

Pretória decapita Congresso Pan-Africano

A POLÍCIA sul-africana desferiu ontem um sério golpe contra o Congresso Pan-Africano (PAC), uma organização negra de extrema-esquerda, detendo vários responsáveis nacionais e locais — 60 por cento do Comité Executivo, segundo o PAC, sete dirigentes nacionais e 42 locais, segundo o ministro da Lei e da Ordem. O ANC, de Mandela, condenou a acção policial, que pode comprometer as negociações multipartidárias num momento crucial.

Um porta-voz governamental justificou a operação policial, realizada de madrugada, como uma forma de travar a "onda de ataques sangrentos racistas lançada pelo APLA (Exército de Libertação do Povo da Azânia, a ala militar do PAC) contra alvos seleccionados brancos, particularmente agricultores".

Dave Stewart disse que o Governo pressionara o PAC em numerosas ocasiões para que clarificasse a sua posição em relação à onda de violência mas que a posição dos seus líderes foi sempre equívoca. O porta-voz disse que investigações policiais concluíram pela autoria do APLA pelo menos em um dos atentados reivindicados.

O secretário-geral do PAC, Benny Alexander, que chegou a ser detido pela polícia, disse em conferência de imprensa, em Joanesburgo, que a sua organização tomará hoje, quarta-feira, uma posição definitiva em relação à sua participação no processo de negociações sobre o futuro do país. "O regime decidiu prender os responsáveis do PAC para forçar esta organização a retirar-se das cruciais negociações das próxi-

mas semanas, quando decisões muito importantes sobre o futuro deverão ser tomadas", disse o dirigente.

A rusga foi violentamente verberada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) cujo secretário-geral, Cyril Ramaphosa, comparou a acção policial às efectuadas pela Gestapo, a antiga polícia da Alemanha Nazi, sublinhou que operações semelhantes não são efectuadas contra as organizações de extrema-direita e pediu a demissão imediata de Hernus Kriel, o ministro da Lei e da Ordem, no mais severo dos ataques contra o Governo do Presidente Frederick De Klerk desde o começo das negociações multipartidárias.

A acção contra o PAC ocorre no momento em que a violência entre bandos rivais do ANC e do Inkhata (Partido da Liberdade, zulu) causou já 50 mortos, entre eles um observador da ONU, nos subúrbios negros de Joanesburgo e põe em perigo o frágil processo negociado sul-africano. As 26 formações políticas que participam nas negociações deviam concordar até ao dia 3 de Junho numa data para a realização das primeiras eleições multiraciais do país e erguer as primeiras instituições de transição.

O Congresso Pan-Africano resultou de uma cisão do Congresso Nacional Africano, ocorrida em 1959, quando o seu fundador e primeiro presidente, Robert Sobukwe, recusou a "multiracialidade" proposta pelo ANC e a aliança deste com o Partido Comunista e reclamou-se de um nacionalismo negro e radical.

Em 1960, o PAC esteve na

origem da campanha contra os passaportes internos que os negros deviam trazer sempre consigo. A campanha terminou com o massacre de Sharpeville, onde a polícia matou 69 manifestantes, tragédia a que se seguiu a interdição, no mesmo ano, quer do PAC quer do ANC.

No exílio, em Dar-es-Salaam, o PAC criou depois uma ala militar chamada "Poko" ("Puros") cujo objectivo consistia em realizar acções de sabotagem. O Poko chamou-se depois APLA, suspeito da autoria da vaga de atentados iniciada em Novembro do ano passado. O Governo calcula em 120 o número de elementos treinados pela organização e acusa o Transkei, um bantustão negro, de lhes dar gusrida.

O PAC, cujo slogan é "um

colono, uma bala", considera primordial a questão da recuperação das terras tomadas aos negros pelos brancos. Ao contrário do ANC, recusa uma partilha do poder com a maioria branca, mas juntou-se, em Abril, às negociações multipartidárias sobre o futuro do país, embora não participe na Códessa (Convenção para uma África do Sul Democrática).

A presidência do Congresso Pan-Africano é exercida desde 1990 por Clarence Makwetu, que, à semelhança de outros dirigentes do PAC, passou vários anos na prisão de Robben Island até à legalização dos movimentos anti-"apartheid", em Fevereiro de 1990. Ontem, Makwetu só não foi preso por não se encontrar em casa. ■

PÚBLICO, 27 5 93

PAC ameaça

O CONGRESSO Pan-Africano (PAC, organização radical negra) e o seu braço-armado (Exército Popular de Libertação da Azania, APLA) anunciaram ontem que agirão "brutal e friamente" contra os sul-africanos brancos, a menos que a polícia liberte os seus dirigentes. As autoridades detiveram na terça-feira 73 quadros do PAC e do APLA, numa vasta operação à escala nacional. Sessenta e dois ainda estão detidos, sob acusações que vão desde assassinio até posse ilegal de armas. "Agiremos brutal e friamente", ameaçou Sabelo Phama, dirigente do grupo, esclarecendo que não faz distinção entre "alvos brandos ou duros" — civis ou forças de segurança. O PAC é responsabilizado pela maioria dos recentes ataques à comunidade branca. ■



NÃO DEIXE
DE LER

FAÇA LOGO
SUA ASSINATURA

South Africa

Dawn swoop

THE ECONOMIST, 29 5 93

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

WHEN police swooped on the Pan Africanist Congress on May 25th, arresting 70 of its members, including seven members of its national executive, the man who suffered most embarrassment was Roelf Meyer. President F.W. de Klerk's chief negotiator at the talks on South Africa's new constitution had not been told about the pre-dawn raids. He had to endure the accusing stares and hostile speeches of those PAC negotiators who had not been arrested.

The arrests were only marginally less disconcerting for the chief negotiator for the African National Congress, Cyril Ramaphosa: the swoop, coming in the middle of the talks, strengthened the PAC's claim to be more vigorous than the ANC in opposing apartheid. Benny Alexander, the PAC's secretary-general, claimed that the government's action was motivated by a desire to force his organisation out of the negotiations and so smooth the way for an agreement that would be amenable to the "white settler regime".

Fraternal black feeling made it inevitable that the ANC would speak out in defence of its rival. Mr Ramaphosa suggested that the government timed the arrests in order to delay the talks precisely when they were at last poised for a breakthrough. If so, the plan may have gone wrong. The first reaction of the leader of the PAC's negotiating team, Gora Ebrahim, was to call for a sus-

pension of the negotiations, not to withdraw permanently. Most of the delegations taking part in the talks said they wanted to press ahead regardless, subject to a special debate on the arrests.

Conspiracy theories of every kind flourish in South Africa. The truth is that the government may have had little choice but to move against the PAC. By the time the PAC had returned to the negotiating table in April, after boycotting an earlier round of talks within the framework of the Convention for a Democratic South Africa, it had adopted a highly equivocal stand on violence, committing itself to a negotiated settlement but asserting its right to continue the "armed struggle".

In recent months the PAC has refused to condemn attacks on white civilians by its underground force, the Azanian People's Liberation Army (APLA). It continued to parrot its incendiary slogan, "One settler, one bullet." And it has repeatedly bragged that its fighters have been responsible for the mounting attacks on policemen, 226 of whom were killed last year.

To justify its policy of simultaneous killing and talking, the PAC argues that APLA is "operationally independent". But on May 22nd, two days before the arrests, its national organiser, Maxwell Ndamazivhanani, let the mask slip. Speaking at the funeral of an APLA fighter killed by police, Mr Ndamazivhanani proclaimed that white farmers were "legitimate targets".

This remark may well have triggered the arrests. Mr Ndamazivhanani's funeral oration came shortly after the capture of eight alleged APLA men on suspicion of having

murdered Sandra Swanepoel, a farmer's wife, near the Transvaal town of Tzaneen. It coincided with growing anger among white farmers at the violence. In the first four months of this year, 108 attacks have caused the deaths of 28 people on farms. In several cases farm animals were also maimed, a practice reminiscent of Kenya's Mau Mau insurgency in the 1950s.

Had the police done nothing, farmers might have taken the law into their own hands. This could, in turn, have had repercussions in the security forces. Links between soldiers and farmers are close. Many farmers are members of the army's rural commando system. Two farmers—Dries Bruwer, president of the Transvaal Agricultural Union, and Constand Viljoen, a former head of the armed forces—are leading lights in the Afrikaner People's Front, the new right-wing alliance dedicated to promoting Afrikaner "self-determination".

All of which suggests that the government's decision to pounce on the PAC was a reaction to threat and counter-threat rather than a conspiracy to undermine Mr de Klerk's own negotiations. Besides, Mr Ramaphosa's claim that the negotiations would otherwise have been on the threshold of a breakthrough is questionable. Everyone awaits the date of an election, and the establishment of the promised transitional executive. But a report prepared by a technical committee on constitutional issues, which was to have been discussed on the morning of the arrests, emphasised that significant differences of detail and approach had still to be resolved.

Aid for Africa

If you're good

THE ECONOMIST, 29 5 93

"DURING the long cold-war period," Warren Christopher, America's secretary of state, said on May 20th, "policies toward Africa were often determined not by how they affected Africa, but by what advantage they brought to Washington or Moscow." He promised that the Clinton administration would make a clean break. Henceforth "an enduring commitment to democracy and human rights" would be at the heart of America's relations with Africa. Aid would be allocated accordingly.

Sounds familiar? With Mr Christopher's speech, America is merely catching up. Three years ago France's president, François Mitterrand, made a similar speech about Africa at La Baule. Britain also stressed the link between aid and "good governance". But the Anglo-French experience since then suggests that this policy is easier to describe than to implement. It is one thing to ditch protégés-turned-scoundrels, such as Zaire's dictator, Mobutu Sese Seko, or Jonas Savimbi of Angola's UNITA rebels. Most cases are much harder.

France and Britain have indeed punished several African countries by suspending aid. Britain withdrew aid from Malawi last year, and from Sudan the previous year, in protest at the way those countries treated their citizens. France halted aid to Togo in February to protest at the killing of pro-democracy demonstrators by soldiers loyal to President Gnassingbé Eyadéma. And coun-

tries that have experimented with free multi-party elections, such as Zambia, Benin and Madagascar, have received their due reward. Once South Africa holds multi-racial elections, it will join the list. Elsewhere, however, the democratic test has been more loosely applied.

Britain and France joined other western creditors 18 months ago in halting aid to President Daniel arap Moi of Kenya to force him to hold democratic elections. Though he did so last December, the election was not deemed completely "free and fair" by western observers. Mr Moi's human-rights record still leaves much to be desired. Yet Britain and France now appear ready to accept Mr Moi's democratic efforts as adequate, and to resume aid once the IMF approves his economic reforms. Real improvements in human rights seems to be a harder test to apply than the holding of multi-party elections, however flawed.

Uganda, Kenya's western neighbour, seems to have dodged the democracy test altogether. Its popular president, Yoweri Museveni, appears to have persuaded Britain that unbanning opposition parties would, for now, be an unnecessary distraction. Ghana does not have an unblemished record on human rights, but did hold a multi-party presidential election last year. Although the opposition boycotted the subsequent legislative election, in protest at alleged irregularities during the presidential election, Ghana remains the darling of British aid overseers, getting more aid than any other African country except Zimbabwe.

The French have had just as much trouble sticking to the principles enunciated at La Baule. Last October Paul Biya won Cameroon's presidential election, in a vote that

observers said was fraudulent. Two months later France gave Cameroon FF600m (\$110m) in new loans. Earlier this month Mr Biya was welcomed in Paris by both Mr Mitterrand and the new French prime minister, Edouard Balladur. In Rwanda soldiers loyal to President Juvénal Habyarimana have been responsible for atrocities against Rwanda's Tutsi minority. Yet Mr Mitterrand continues to help the regime.

If there is a muddle, it is because the end of the cold war has not stripped western countries of their other interests in Africa, notably economic ones. Nor is it easy to decide which expectations are realistic. In a continent where economic successes are rare, authoritarianism may seem a lesser evil than abject poverty. Besides, some western and African leaders enjoy close personal bonds. Charles Pasqua, interior minister in France's new government, is a personal friend of both President Biya and President Omar Bongo of Gabon, and is on good terms with President Eyadéma.

The distribution of America's annual \$1.8 billion of development aid to sub-Saharan Africa is already shifting. In 1980 the leading beneficiaries were Sudan, Somalia, Kenya and Liberia—a pretty unpleasant foursome. Topping the provisional list for 1993, however, is South Africa, followed by Ethiopia and Mozambique. Zaire, Liberia and Sudan get nothing. French and British aid policies are constrained by interests in former colonies. With less at stake, America may find it easier to preach democracy.

Namíbia, quarto ano de independência

Um país esquecido por falta de más notícias

Tony Figueira,
em Windhoek

Ao anunciar que Sam Nujoma será o primeiro chefe de Estado africano a ser recebido na Casa Branca desde a tomada de posse desta Administração norte-americana, o presidente Bill Clinton veio chamar a atenção para um país que tem passado quase despercebido, desde que, em Março de 1990, alcançou a independência.

Quando, no dia 21 de Março de há três anos, a bandeira namibiana substituiu a sul-africana, depois de décadas de colonização e de conflito, o país ganhou uma tranquilidade que é bem rara em terras de África. E a partir daí quase nunca mais se voltou a falar dele, até que, há dias, Bill Clinton escolheu Nujoma para primeiro chefe de Estado africano a entrar no seu gabinete presidencial.

Tendo como ponto de partida desigualdades na educação, na saúde, no emprego, na habitação e noutros campos, o Governo do antigo Sudoeste Africano começou a percorrer a longa estrada para a perfeita cidadania de todos os seus compatriotas — que já passam de um milhão e meio — norteado por um desejo de reconciliação nacional.

“A nossa política destina-se a forjar uma identidade nacional e

a unidade de todos os namibianos”, diz o presidente Sam Nujoma, que conseguiu moldar umas verdadeiras Forças Armadas a partir de antigas tropas comandadas pela África do Sul e dos guerrilheiros que as combatiam, os homens da SWAPO (Organização dos Povos do Sudoeste Africano). E a nova força militar já está a participar nas operações de manutenção da paz que a ONU tem em curso no Camboja.

A democracia impossível

“Alcançámos a democracia, a liberdade e a justiça que, antes da independência, os cépticos julgavam impossível”, afirma Nujoma. A Constituição da Namíbia, elaborada com surpreendente rapidez pelos sete partidos existentes durante o período de transição, é considerada entre as mais democráticas do mundo e garante liberdade de expressão, direitos humanos e um Estado de Direito. “Construímos um país muito estável, onde todos são livres de viver e trabalhar em conjunto”, congratula-se o Presidente, que a 16 de Junho estará em visita oficial a Washington.

Sendo mais de 70 por cento da população analfabeta, o ensino é uma prioridade orgamental, com mais de 20 por cento das despesas. Mas a mudança para o inglês como língua oficial tem sido lenta e problemática, numa terra onde o afrikaans e as línguas tradicionais dos grupos negros é que são falados pela maioria do milhão e meio de cidadãos. Um no-

vo currículo escolar está a transformar gradualmente o sistema de ensino sul-africano pelo britânico, enquanto, na capital, um velho colégio de formação de professores brancos foi transformado na Universidade da Namíbia.

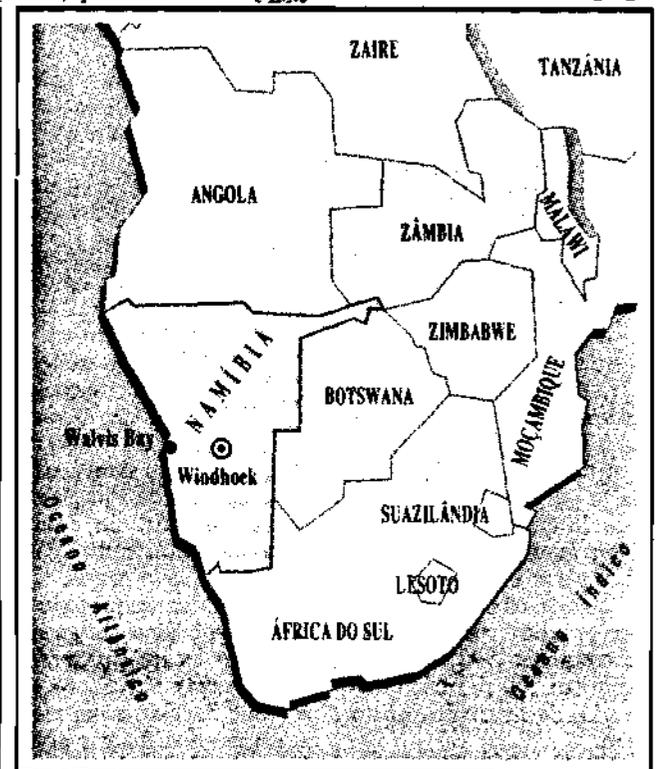
Em todo o país, que fica a Sul de Angola, as escolas e os lares para estudantes estão a ser melhorados, sob as ordens do ministro da Educação e Cultura, Nahas Angula. Tem-se estado a proceder à unificação de um sistema que era moldado segundo as regras do “apartheid”, que Pretória alar-

gou ao antigo Sudoeste Africano, onde, no início do século, imperara a colonização alemã.

Aumenta o desemprego

Enquanto o analfabetismo desaparece lentamente, o desemprego aumenta. A indústria mineira e outras têm lançado milhares de namibianos para um futuro incerto. E muitas vezes o crime é a última solução, depois de dias sem fim a bater as portas que nunca se abrem. O desemprego e o crime tornaram-se parceiros, na óptica de uma sociedade que se protege com alarmes contra roubos, altos muros e cães atentos.

Continua na pág. 13



Fuga de quadros e capitais sul-africanos

PÚBLICO, 29 5 93

A REPÚBLICA da África do Sul está a assistir a uma significativa fuga de quadros e de capitais, pois que uma parte da sua população branca não acredita no futuro do país e prefere transferir-se para a Austrália, os Estados Unidos e o Canadá.

O jornal de negócios “Business Day” noticiou esta semana que durante os primeiros quatro meses do ano saíram do território sul-africano mais de 2500 milhões de randes. Ou seja, cerca de 120 milhões de contos, mais do que o saldo positivo do comércio externo; reduzindo assim em mil

milhões de randes as reservas de ouro e divisas.

Os cidadãos que partem não são em número muito elevado, mas têm uma grande capacidade profissional, pois que entre eles há médicos, engenheiros e outros quadros muito necessários a toda a comunidade. Pessoas perfeitamente capazes de singrarem em países de língua inglesa e que inclusivamente já criaram colónias sul-africanas em Dallas e Toronto.

Enquanto isto, as negociações sobre o futuro constitucional da África do Sul prosseguiram ontem, depois de o Go-

verno ter aceite libertar três dirigentes do Congresso Pan-Africano (PAC), grupo negro de extrema-esquerda.

A libertação foi o preço a pagar para que o PAC aceite continuar nas conversações multipartidárias e estude a possibilidade de desistir da luta armada como forma de levar por diante os seus intentos.

Na quarta-feira as autoridades tinham detido 75 militantes daquele grupo extremista, cuja ala militar é considerada responsável por uma série de ataques verificados ultimamente a cidadãos brancos.

Por outro lado, um polícia

foi ontem morto e outro gravemente ferido devido ao lançamento de uma granada na região do Soweto, perto de Joanesburgo, fulcro da violência que nesta última semana voltou a ser bem patente no país, tendo vitimado largas dezenas de pessoas.

A situação está a ser analisada localmente pelo ministro dinamarquês dos Negócios Estrangeiros, Neils Petersen, que actualmente preside ao Conselho de Ministros da Comunidade Europeia e que pretende ajudar o principal país da África Austral a desenvolver a sua economia. ■

Processo inédito em Portugal

Finanças reconvertem dívida de Moçambique

PÚBLICO, 26 5 93

O GOVERNO português celebrou um segundo acordo de reescalonamento da dívida de Moçambique que prevê a sua redução em 25 por cento do montante global, avaliado em mais de dez milhões de contos. O reescalonamento da dívida contempla um mecanismo de conversão de 2,7 milhões de contos, o equivalente a 25 por cento, em investimento produtivo. Os títulos de dívida irão a concurso e os adquirentes poderão, posteriormente, transformá-los em participações no capital social de empresas moçambicanas.

Este processo de reescalonamento da dívida externa de um país, não sendo inédito, é a primeira vez que é utilizado em Portugal. E os potenciais interessados deve-

rão apresentar propostas de aquisição de títulos da dívida de Moçambique a Portugal, em valor nunca inferior a 1540 contos, à Direcção-Geral do Tesouro até ao próximo dia 21 de Junho.

Atendendo ao facto de esta operação visar o "reforço da cooperação entre o tecido empresarial português e o moçambicano", como vem explicado no "Diário da República" do passado dia 19 de Maio, os títulos de dívida serão postos à venda a um valor inferior ao real: por cada dólar, serão pagos apenas oito centimos. No caso de o comprador selar de imediato o contrato com o Estado português, beneficia ainda de uma bonificação de 20 por cento.

Em alternativa, os inte-

ressados podem selar um contrato-promessa de compra e venda com o Estado português que lhes permite negociar, durante o prazo de um ano, com o Governo de Moçambique a conversão em participações de empresas já criadas ou a criar. Caso, findo o prazo, não tenha sido possível concretizar a conversão, os títulos de dívida regressam à posse do Estado português.

Adesão dos empresários é uma incógnita

A abertura das propostas será feita em acto público, a realizar na Direcção-Geral do Tesouro, a 22 de Junho

próximo. Um júri apreciará, em seguida, as propostas e procederá à sua selecção, dando preferência às candidaturas que privilegiem francamente o desenvolvimento económico de Moçambique e o estreitamento da cooperação com Portugal. Posteriormente, com base no relatório do júri, o secretário de Estado do Tesouro, José Braz, emitirá o despacho com que será encerrado o concurso.

Esta operação tem por destinatários preferenciais os empresários portugueses que já detêm interesses em Moçambique ou em outros países de língua oficial portuguesa. O Ministério das Finanças tem desenvolvido vários contactos tendo em vista divulgar esta acção junto de determinados meios, mas a receptividade dos empresários é ainda uma incógnita. Caso a procura seja nula, os títulos permanecerão na posse do Estado e ficará sem efeito o acordo de redução de 25 por cento da dívida de Moçambique. ■

Rute Sousa Vasco

Continuação da pág. 12

Um país esquecido por falta de más notícias

Para muitos namibianos, a independência foi um sinónimo de promessas de melhor vida e de cumprimento de grandes esperanças — empregos, casas, automóveis. Mas a política de reconciliação nacional cortou as expectativas a muitos dos que vieram do exílio. Tendo herdado um sistema cheio de elementos conservadores e até mesmo racistas, que preferiram aguardar para ver em que é que a independência iria dar, o Governo não conseguiu arranjar muitos novos postos de trabalho, numa administração pública a rebotar pelas custuras e numa economia estagnada, dependente do sistema monetário sul-africano.

Com as perspectivas de um aumento no imposto que tributa todas as mercadorias vendidas e de uma segunda subida este ano do imposto sobre a gasolina, a recuperação imediata da economia parece duvidosa, numa sub-região vítima da seca, da instabilidade e da guerra. Mas nem tudo é mau. A população é relativamente pequena e a Namíbia ainda poderá firmar-se como uma das poucas democracias africanas.

Economia mista

Apoiado num sistema de economia mista, o Governo tem desenvolvido um clima favorável para os negócios e o investimento estrangeiro, através de um código que concede incentivos básicos aos empresários locais e estrangeiros. E às excelentes infra-estruturas estão a juntar-se agora novas estradas em construção, de modo a ligar o porto de Walvis Bay ao Zimbábue, à Zâmbia e ao Botswana.

"Walvis Bay pertence à Namíbia", diz o ministro dos Negócios Estrangeiros, Theo-Ben Gurirab, para quem a actual administração conjunta com a África do Sul passará, "na devida altura", para o controlo namibiano: o único porto de águas profundas existente no país. O Governo sul-africano já disse que esperará por um novo sistema político em Pretória antes de tomar a decisão final. Entretanto, Walvis Bay vai sendo uma propriedade comum de duas pátrias.

Desde que é independente, a Namíbia tem apesado diversos ataques piratas, sobretudo de origem espanhola. E as

pesças são um dos pilares da sua economia, a par da carne que exporta para a Europa e para a África do Sul.

Nos subúrbios de Windhoek, uma capital moderna, notam-se os efeitos de uma economia desenvolvida segundo as linhas do "apartheid". O excesso populacional, a pobreza e o pó de alguns bairros contrastam de forma chocante com as casas espaçosas, as piscinas, as garagens e os relvados das zonas predominantemente habitadas por brancos, considerando-se muito difícil o Governo fazer a fusão destes dois mundos.

O regime presidido por Sam Nujoma tem seguido uma política de tentar conseguir o crescimento económico sem redistribuir a riqueza. Electrifica as zonas rurais, abre estradas e canalizações; mas não toca nas propriedades dos brancos, que constituirão talvez um décimo da população nacional.

Relações externas

Quanto às relações externas, a África do Sul continua a ser o principal par-

ceiro comercial da Namíbia, mas os laços com Angola são muito mais do que diplomáticos, dizendo mesmo a UNITA que há forças namibianas a combater na província do Cunene, ao lado dos soldados de Luanda.

A Namíbia deve grande parte da sua independência ao apoio angolano durante os anos da luta armada. E grande parte da devastação patente no Sul de Angola foi causada pelas perseguições sul-africanas aos guerrilheiros da SWAPO.

Windhoek tem manifestado ocasionalmente a intenção de servir de medianeira entre o Governo angolano, a UNITA e outras forças da região. E é precisamente nesta capital que dentro de alguns dias se reúnem os ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Venâncio de Moura, e da África do Sul, Roelof "Pik" Botha, para aquilatar quando é que os seus dois países poderão chegar a estabelecer relações diplomáticas, depois de 17 anos de animosidade.

Entretanto, apesar de ter comprado um jacto presidencial de muitos milhões de randes e de haver no ar fumos de corrupção, Sam Nujoma continua a ser o político favorito dos namibianos, ao mesmo tempo que, em eleições autárquicas e regionais, a SWAPO conseguiu garantir 67 por cento dos votos. ■

JAMBA II ?

Com um roteiro já filmado em Angola, a RENAMO tem vindo a actuar de forma a criar duas administrações paralelas no território moçambicano. À completa revelia do preceituado no Acordo Geral de Paz.

● TERESA LIMA (texto) ● KOK NAM (fotos) em Maputo

SÁBADO, 28 5-3 6 93

Numa prática que já vinha a concretizar-se há vários meses, a RENAMO intensificou agora um "bloqueio" às actividades produtivas em áreas que estão sob sua influência.

Tentando estabelecer uma administração territorial que nunca antes exerceu, visto que o seu controle era, na generalidade, marcado apenas pelas suas bases militares, a RENAMO está a exigir que empresas madeireiras e de reparação de estradas lhe prestem "vassalagem", o que já é classificado por observadores em Maputo como uma "declaração de guerra à economia". De lado não está também a criação em Moçambique de uma segunda "Jamba".

No passado não muito distante, a RENAMO inviabilizou quase por completo a economia moçambicana, através de ataques sistemáticos nas estradas e linhas férreas e destruição de grandes unidades produtivas particularmente de açúcar, chá e algodão. A sua nova "estratégia" apenas é diferente na prática, mas os resultados poderão ser idênticos e vistos no contexto de uma nova face da agressão à economia do país.

Há cerca de seis meses que as empresas madeireiras, na província central de Sofala, estão proibidas de operar nas "zonas da RENAMO", o mesmo acontecendo agora na província de Zambézia, no que respeita à indústria de pedra e de madeira para construção e reabilitação de estradas. Existem ainda informações de que a RENAMO está a impedir que os camponeses do distrito de Nhamatanda, em Sofala, comercializem os excedentes da sua produção.

Numa reunião realizada a semana passada na localidade de Macossa, em Sofala,

Afonso Dhlakama proibiu expressamente todos os empresários de desenvolverem a sua actividade nas áreas sob controle da RENAMO, se não estiverem na posse de uma autorização passada pelo movimento. Mas em muitos casos a RENAMO tem alegado que a abertura de estradas, por exemplo, pode ser utilizada para um melhor acesso das forças governamentais aos seus "santuários".

Fontes oficiais em Maputo referem que o Acordo Geral de Paz não prevê a existência de duas administrações paralelas em Moçambique. Segundo o Protocolo I, do mesmo Acordo, a Renamo compromete-se a não criar leis ou medidas que possam ir contra os compromissos assumidos pelos dois signatários. Manfredo Di Camerana, embaixador da Itália em Moçambique, sublinha ser "claro que os administradores das zonas zonas da RENAMO têm que ser nomeados pela autoridade oficial", neste caso, o governo de Maputo. Pascoal Mocumbi, o titular da pasta do Negócios Estrangeiros, em Moçambique, acusou, a semana passada, a RENAMO de "estar a agir clandestinamente, sem reconhecer as instituições do Estado, o que viola totalmente o Acordo de Roma". Mocumbi referiu-se especificamente ao facto da direcção do movimento continuar em Maringué.

Respondendo à Sábado sobre esta questão, o representante especial da missão das Nações Unidas em Moçambique, o italiano Aldo Ajello, frisou que o Acordo Geral de Paz "é um ponto de referência inquestionável" reme-

tendo para a Comissão de Supervisão e Controle a discussão da matéria.

Desde meados de Março deste ano que estão suspensas as reuniões de trabalho das várias comissões previstas nos protocolos de Roma, mas de acordo com Ajello, já está confirmada a vinda para Maputo dos elementos da Renamo que partiram para Maringué, boicotando as suas sessões. Na quinta feira passada foi finalmente viabilizada uma verba de 10 milhões de dólares, que no âmbito do Trust Fund, permite um apoio financeiro à RENAMO, para esta se transformar em partido político. A partir de um de Junho o Hotel Cardoso, na capital, encerrará as suas portas ao público, ficando exclusivamente para albergar os representantes da RENAMO em Maputo. "Todas as condições logísticas e de fundos estão asseguradas para a Renamo vir para Maputo" garantiu o representante de Butros Ghali em Moçambique.

As quatro Comissões já criadas, nomeadamente a Comissão de Supervisão e Con-

trole (CSC), a Comissão de Cessar Fogo (CCF), a Comissão de Reintegração dos Desmobilizados (CORE) e a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Moçambique (CCFADM), deverão, assim, entrar brevemente em funções, dando impulso a outras acções como a formação de instrutores para o novo exército, a ter lugar em Nyanga, no Zimbábue.

Aldo Ajello revelou que estão prontos os "Kits" logísticos para as 49 zonas de acantonamento das tropas, devendo o processo de reconhecimento ser completado dentro de duas semanas, seguindo-se a sua aprovação pelas comissões competentes.

No terreno encontram-se presentemente mais de seis mil homens da ONUMOZ, armados e não armados, não havendo pois quaisquer entraves para o início do processo de desmobilização.

Com algumas dificuldades logísticas (faltas de casas de banho) estão os capacetes azuis portugueses e zambianos, instalados num centro da Matola, na periferia de capital moçambicana. A ONUMOZ, juntamente com a Embaixada portuguesa em Maputo, está a diligenciar a resolução do problema, segundo garantiu Aldo Ajello. □

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinhaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto; Composição: Gicélia da Conceição e Sônia Maria; Arte-Final: Williams Neto. - Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. - Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial) - We ask exchange.

IMPRESSO